

SUSTENTABILIDADE NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: ADEQUAÇÃO ÀS DCNS DE 2024 NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

SUSTAINABILITY IN THE ACCOUNTING SCIENCES CURRICULUM: ADAPTATION TO THE 2024 NATIONAL CURRICULUM GUIDELINES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RONDÔNIA

SOSTENIBILIDAD EN EL PLAN DE ESTUDIOS DE CIENCIAS CONTABLES: ADAPTACIÓN A LAS DIRECTRICES CURRICULARES NACIONALES DE 2024 EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RONDÔNIA

Dny Sandra da Silva Souza¹
Raimundo Nonato Rodrigues²
Editinete André da Rocha Garcia³
Estela Pitwak Rossoni⁴

RESUMO: **Objetivo:** Este estudo analisa em que medida o currículo formal de um curso de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade pública brasileira da Amazônia está alinhado com as exigências de sustentabilidade estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 1/2024). **Metodologia:** Foi realizado um estudo de caso único, qualitativo, exploratório e analítico, baseado na análise documental de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), matrizes curriculares e ementas de disciplinas. Os dados foram examinados por meio de análise de conteúdo temática e categórica, complementada por procedimentos quantitativos descritivos. **Resultados:** Os resultados revelam convergência parcial entre o currículo institucional e o marco normativo, particularmente no que diz respeito ao reconhecimento formal da sustentabilidade. Contudo, persistem lacunas estruturais, incluindo fragmentação de conteúdo, fraca articulação interdisciplinar e limitada integração entre ensino, pesquisa e extensão. A análise também identifica inconsistências institucionais, como documentos curriculares desatualizados, que comprometem o alinhamento com as demandas regulatórias contemporâneas. **Implicações para a pesquisa:** O estudo contribui para a literatura ao integrar sustentabilidade, educação baseada em competências e teoria da complexidade em uma estrutura analítica coerente para avaliação curricular. **Implicações práticas:** Ele fornece um modelo metodológico replicável e diretrizes acionáveis para a reformulação curricular no ensino superior, particularmente em regiões socioambientais complexas como a Amazônia. **Originalidade/valor:** A pesquisa avança o debate sobre sustentabilidade no ensino de contabilidade ao operacionalizar diretrizes normativas em categorias analíticas, oferecendo evidências empíricas sobre a lacuna entre regulamentação e implementação.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Ensino de Contabilidade. Currículo. Educação Baseada em Competências. Ensino Superior.

¹Mestra em Administração e Contabilidade pela Universidade Federal de Rondônia.

²Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco.

³Doutorada em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza. Professora Associada na Universidade Federal do Ceará.

⁴Doutorada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada na Universidade Federal de Rondônia.

ABSTRACT: Purpose: This study analyzes the extent to which the formal curriculum of an Accounting undergraduate program in a Brazilian Amazonian public university aligns with the sustainability-oriented requirements established by the National Curriculum Guidelines (CNE/CES Resolution No. 1/2024). **Methodology:** A qualitative, exploratory, and analytical single case study was conducted based on documentary analysis of Pedagogical Course Projects (PPCs), curricular matrices, and course syllabi. Data were examined through thematic categorical content analysis, supported by descriptive quantitative procedures. **Findings:** The results reveal partial convergence between the institutional curriculum and the normative framework, particularly regarding the formal recognition of sustainability. However, structural gaps persist, including fragmentation of content, weak interdisciplinary articulation, and limited integration between teaching, research, and extension. The analysis also identifies institutional inconsistencies, such as outdated curricular documents, which compromise alignment with contemporary regulatory demands. **Research implications:** The study contributes to the literature by integrating sustainability, competence-based education, and complexity theory into a coherent analytical framework for curriculum evaluation. **Practical implications:** It provides a replicable methodological model and actionable guidelines for curriculum redesign in higher education, particularly in socio-environmentally complex regions such as the Amazon. **Originality/value:** The research advances the debate on sustainability in accounting education by operationalizing normative guidelines into analytical categories, offering empirical evidence on the gap between regulation and implementation.

Keywords: Sustainability. Accounting Education. Curriculum. Competence-based Education. Higher Education.

RESUMEN: Objetivo: Este estudio analiza el grado de alineación del currículo formal de una carrera de Ciencias Contables de pregrado en una universidad pública brasileña de la región amazónica con los requisitos de sostenibilidad establecidos por las Directrices Curriculares Nacionales (Resolución N° 1/2024 del CNE/CES). **Metodología:** Se realizó un estudio de caso único, cualitativo, exploratorio y analítico, basado en el análisis documental de los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC), las matrices curriculares y los programas de las asignaturas. Los datos se examinaron mediante análisis temático y categórico de contenido, complementado con procedimientos cuantitativos descriptivos. **Resultados:** Los resultados revelan una convergencia parcial entre el currículo institucional y el marco normativo, particularmente en lo que respecta al reconocimiento formal de la sostenibilidad. Sin embargo, persisten brechas estructurales, como la fragmentación del contenido, una débil articulación interdisciplinaria y una integración limitada entre la docencia, la investigación y la extensión universitaria. El análisis también identifica inconsistencias institucionales, como documentos curriculares desactualizados, que comprometen la alineación con las exigencias regulatorias actuales. **Implicaciones para la investigación:** Este estudio contribuye a la literatura al integrar la sostenibilidad, la educación basada en competencias y la teoría de la complejidad en un marco analítico coherente para la evaluación curricular. **Implicaciones prácticas:** Proporciona un modelo metodológico replicable y directrices prácticas para el rediseño curricular en la educación superior, particularmente en regiones socioambientales complejas como la Amazonía. **Originalidad/Valor:** La investigación impulsa el debate sobre la sostenibilidad en la educación contable al operacionalizar las directrices normativas en categorías analíticas, ofreciendo evidencia empírica sobre la brecha entre la regulación y la implementación.

Palabras clave: Sostenibilidad. Educación contable. Currículo. Educación basada en competencias. Educación superior.

INTRODUÇÃO

A consolidação da sustentabilidade como eixo estruturante das dinâmicas econômicas, sociais e institucionais contemporâneas tem produzido uma inflexão substantiva nos modos de organização do conhecimento e, particularmente, nos sistemas de ensino superior. Mais do que um campo temático emergente, a sustentabilidade assume caráter normativo transversal, influenciando práticas organizacionais, modelos de governança e processos formativos em escala global (Lozano et al., 2019; Unesco, 2020). Nesse cenário, a formação universitária, especialmente nas áreas de negócios, é tensionada a superar a centralidade técnico-instrumental, incorporando capacidades analíticas, éticas e sistêmicas compatíveis com a complexidade dos desafios contemporâneos (Leal Filho et al., 2022).

Nas Ciências Contábeis, essa transformação adquire densidade particular, na medida em que a contabilidade ocupa posição estratégica na produção e comunicação de informações que orientam decisões organizacionais e políticas públicas. A emergência de demandas relacionadas à transparência socioambiental, intensificadas por iniciativas como os padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB), amplia o escopo da atuação contábil, exigindo profissionais aptos a lidar com informações não financeiras, riscos climáticos e critérios ESG (Ifrs Foundation, 2023; Bebbington; Unerman, 2020). Tal reconfiguração desloca o perfil do contador de um agente técnico-operacional para um ator estratégico na interface entre informação, governança e sustentabilidade, o que impõe desafios diretos à organização curricular da educação superior (Schaltegger; Burritt, 2018).

Apesar desse avanço no plano normativo e profissional, a literatura tem evidenciado que a incorporação da sustentabilidade nos currículos permanece, em muitos casos, superficial e fragmentada, frequentemente limitada à inclusão de conteúdos específicos, sem promover uma reconfiguração estrutural do processo formativo (Lozano et al., 2019; Sterling, 2021). Esse descompasso revela uma lacuna relevante na literatura: embora existam estudos que abordem a sustentabilidade, a formação por competências e o pensamento complexo, tais dimensões são, em geral, tratadas de forma dissociada, carecendo de modelos analíticos integrados capazes de operacionalizar sua articulação na análise curricular, especialmente no campo da educação contábil.

Nesse contexto, o paradigma da complexidade, desenvolvido por Edgar Morin, oferece base epistemológica para a superação da fragmentação do conhecimento, ao enfatizar a interdependência entre partes e totalidade e a necessidade de contextualização dos saberes

(Morin, 2000). Em articulação, a interdisciplinaridade e a formação por competências emergem como desdobramentos pedagógicos fundamentais, permitindo integrar conhecimentos, práticas e valores em torno de problemas complexos e socialmente relevantes (Biggs; Tang, 2011; Wiek et al., 2011). No entanto, a operacionalização conjunta desses referenciais no currículo permanece um desafio, tanto do ponto de vista teórico quanto institucional.

No Brasil, esse debate ganha relevância com a publicação da Resolução CNE/CES nº 1/2024, que redefine as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis, enfatizando a centralidade da sustentabilidade, da interdisciplinaridade, da visão sistêmica e da formação por competências (Brasil, 2024). Embora essa normativa represente um avanço significativo, sua efetiva incorporação depende da capacidade das instituições de ensino superior de traduzir tais princípios em estruturas curriculares concretas, o que nem sempre ocorre de forma homogênea ou consistente, gerando lacunas entre prescrição normativa e prática institucional (Meneghel, 2021; Lozano et al., 2023). Diante desse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: em que medida o currículo de um curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública amazônica está alinhado às exigências de sustentabilidade estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024? Para respondê-la, este estudo tem como objetivo analisar a adequação do currículo formal à referida normativa, com foco na incorporação da sustentabilidade como princípio estruturante da formação.

4

A principal contribuição desta pesquisa reside na proposição de um modelo analítico integrado que articula sustentabilidade, pensamento complexo e formação por competências, operacionalizado por meio de categorias analíticas aplicáveis à avaliação curricular. Ao fazê-lo, o estudo avança na superação de abordagens fragmentadas presentes na literatura, oferecendo um referencial teórico-metodológico capaz de analisar, de forma sistemática, o grau de alinhamento entre diretrizes normativas e organização curricular.

Ao situar a análise no contexto amazônico, a pesquisa agrega relevância empírica e social, considerando as especificidades socioambientais da região e a necessidade de formação de profissionais capazes de atuar em cenários de elevada complexidade. Assim, ao evidenciar o hiato entre regulação e implementação curricular, o estudo contribui tanto para o avanço teórico no campo da educação contábil quanto para o aprimoramento das práticas institucionais de planejamento e revisão curricular.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SUSTENTABILIDADE E RECONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTÁBIL

A reconfiguração da formação contábil contemporânea deve ser compreendida no interior de um movimento mais amplo de transformação das bases epistemológicas do conhecimento nas ciências sociais aplicadas, impulsionado pela centralidade crescente da sustentabilidade como princípio organizador das relações econômicas e institucionais. A literatura internacional tem demonstrado que a sustentabilidade deixou de ser um campo periférico para tornar-se elemento estruturante das práticas organizacionais, exigindo novas formas de mensuração, reporte e governança (Bebbington; Unerman, 2020; Schaltegger; Burritt, 2018). Nesse cenário, a formação em Ciências Contábeis passa a ser tensionada por demandas que extrapolam o domínio técnico tradicional, incorporando dimensões éticas, sociais e ambientais que redefinem o escopo da atuação profissional e, conseqüentemente, os objetivos formativos da educação superior. Esse deslocamento paradigmático está diretamente associado à ampliação do conceito de accountability, que passa a incluir não apenas informações financeiras, mas também dados relacionados a impactos socioambientais e riscos climáticos. Estudos recentes indicam que a contabilidade exerce papel central na construção de sistemas de informação que orientam decisões estratégicas em contextos de sustentabilidade, sendo fundamental para a credibilidade das organizações perante seus stakeholders (Gray, 2010; Adams; Larrinaga, 2019). Assim, a formação contábil precisa ser repensada para incluir competências que permitam aos profissionais interpretar, mensurar e comunicar informações complexas, muitas vezes caracterizadas por incerteza, subjetividade e múltiplas dimensões de análise.

A emergência de padrões internacionais de reporte de sustentabilidade, como aqueles desenvolvidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), reforça essa transformação ao estabelecer uma linguagem comum para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas (IFRS Foundation, 2023). Tais padrões ampliam significativamente o campo de atuação do contador, exigindo domínio de conceitos que articulam finanças, governança, meio ambiente e responsabilidade social. Nesse contexto, a formação contábil não pode permanecer restrita a uma lógica normativo-operacional, devendo incorporar uma perspectiva crítica e interdisciplinar capaz de dialogar com diferentes campos do conhecimento (Cho et al., 2015). Entretanto, a literatura aponta que a integração da

sustentabilidade nos currículos de Ciências Contábeis ainda ocorre de forma fragmentada e, muitas vezes, superficial. Lozano et al. (2019) destacam que, em grande parte das instituições de ensino superior, a sustentabilidade é tratada como conteúdo adicional, inserido em disciplinas específicas, sem promover uma reconfiguração estrutural do currículo. Essa abordagem limitada compromete o desenvolvimento de competências sistêmicas, uma vez que não permite aos estudantes compreender as interdependências entre diferentes dimensões da realidade organizacional. Nesse sentido, a reconfiguração da formação contábil exige não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas a reorganização epistemológica do currículo.

A crítica ao modelo disciplinar tradicional constitui elemento central nesse debate. Historicamente, a formação em Ciências Contábeis foi estruturada a partir de uma lógica de especialização e fragmentação do conhecimento, privilegiando conteúdos técnicos e normativos em detrimento de uma compreensão integrada dos fenômenos organizacionais (Hopwood, 2007). Embora esse modelo tenha sido eficaz para atender às demandas de um ambiente econômico mais estável e previsível, ele se mostra insuficiente diante da complexidade dos desafios contemporâneos. A sustentabilidade, ao articular dimensões econômicas, sociais e ambientais, exige uma abordagem que transcenda fronteiras disciplinares e promova a integração de saberes. Nesse contexto, o paradigma da complexidade, desenvolvido por Edgar Morin, oferece uma base teórica consistente para a reconfiguração da formação contábil. Ao enfatizar a interdependência entre os elementos que compõem os sistemas sociais e organizacionais, o pensamento complexo propõe uma superação da fragmentação do conhecimento, defendendo a necessidade de contextualização e articulação entre diferentes níveis de análise (Morin, 2000; Morin, 2015). A aplicação desse paradigma ao ensino contábil implica reconhecer que decisões organizacionais produzem efeitos em múltiplas dimensões, exigindo dos profissionais uma compreensão sistêmica e reflexiva da realidade.

A interdisciplinaridade emerge, nesse sentido, como condição necessária para a efetivação da sustentabilidade na formação contábil. Diferentemente de abordagens multidisciplinares, que apenas justapõem conteúdos, a interdisciplinaridade pressupõe a integração substantiva de conceitos, métodos e perspectivas, permitindo a construção de uma compreensão mais abrangente dos fenômenos (Klein, 2017). Estudos indicam que currículos interdisciplinares contribuem para o desenvolvimento de competências críticas e colaborativas, essenciais para a atuação em contextos organizacionais complexos (Annan-Diab; Molinari,

2017). No caso das Ciências Contábeis, essa integração é fundamental para articular aspectos financeiros, sociais e ambientais de forma coerente.

A formação por competências constitui outro eixo fundamental nesse processo de reconfiguração. Ao deslocar o foco do ensino para os resultados de aprendizagem, essa abordagem permite operacionalizar a sustentabilidade no currículo, articulando conhecimentos, habilidades e atitudes em torno de problemas reais (Biggs; Tang, 2011; Wiek et al., 2011). No campo contábil, isso implica desenvolver competências como pensamento sistêmico, capacidade analítica, julgamento ético e comunicação de informações complexas. A sustentabilidade, nesse contexto, não é apenas um conteúdo, mas um princípio orientador da formação, que deve permeiar todas as dimensões do currículo.

Por fim, a reconfiguração da formação contábil orientada à sustentabilidade deve ser compreendida como um processo institucional e epistemológico, que envolve não apenas mudanças curriculares, mas também transformações nas práticas pedagógicas, na formação docente e na cultura acadêmica. A literatura destaca que a efetividade dessa transformação depende da capacidade das instituições de ensino superior de integrar diferentes dimensões do processo educativo, alinhando objetivos de aprendizagem, metodologias e avaliação (Leal Filho et al., 2022). Assim, a sustentabilidade emerge como um vetor estruturante da formação contábil contemporânea, exigindo uma revisão profunda dos fundamentos que orientam o ensino superior e abrindo espaço para a construção de currículos mais integrados, críticos e socialmente responsáveis.

2.2 PENSAMENTO COMPLEXO E INTERDISCIPLINARIDADE

A incorporação do pensamento complexo e da interdisciplinaridade no campo da educação superior constitui uma resposta epistemológica às limitações do modelo disciplinar tradicional diante de fenômenos caracterizados por elevada interdependência e dinamismo, como é o caso da sustentabilidade. A literatura contemporânea tem enfatizado que problemas socioambientais e organizacionais não podem ser compreendidos por meio de abordagens analíticas fragmentadas, uma vez que envolvem múltiplos níveis de interação entre sistemas econômicos, sociais e ecológicos (Meadows, 2008; Capra; Luisi, 2014). Nesse contexto, a formação universitária é desafiada a superar a lógica compartimentalizada do conhecimento, adotando perspectivas que permitam articular diferentes dimensões da realidade de forma integrada. O pensamento complexo emerge, assim, como um referencial teórico capaz de

fundamentar essa transição, ao propor uma compreensão relacional e contextualizada dos fenômenos.

O paradigma da complexidade, desenvolvido por Edgar Morin, parte do pressuposto de que o conhecimento pertinente é aquele que reconhece a inseparabilidade entre partes e totalidade, bem como as relações de interdependência que estruturam os sistemas sociais (Morin, 2000; Morin, 2011). Ao criticar a fragmentação do saber promovida pela especialização disciplinar, Morin argumenta que a educação deve ser orientada para a capacidade de contextualizar informações, estabelecer conexões e lidar com a incerteza. Essa perspectiva possui implicações diretas para a formação em Ciências Contábeis, uma vez que as decisões organizacionais envolvem múltiplas variáveis inter-relacionadas, cujos efeitos não podem ser adequadamente compreendidos por meio de análises isoladas. Assim, o pensamento complexo fornece uma base epistemológica para a construção de currículos mais integrados e coerentes com as demandas contemporâneas.

Nesse cenário, a interdisciplinaridade constitui o desdobramento pedagógico e curricular do pensamento complexo, ao promover a integração de diferentes campos do conhecimento na análise de problemas comuns. Diferentemente da multidisciplinaridade, que se limita à justaposição de disciplinas, a interdisciplinaridade pressupõe a construção de um espaço de diálogo entre saberes, no qual conceitos, métodos e perspectivas são articulados de forma complementar (Klein, 2017). Essa abordagem permite superar a fragmentação do conhecimento, favorecendo a compreensão de fenômenos complexos a partir de múltiplos ângulos analíticos. No âmbito da educação para a sustentabilidade, a interdisciplinaridade é amplamente reconhecida como condição necessária para a formação de profissionais capazes de lidar com desafios que transcendem fronteiras disciplinares (Annan-Diab; Molinari, 2017).

A articulação entre pensamento complexo e interdisciplinaridade ganha relevância particular no contexto das Ciências Contábeis, uma vez que a prática contábil contemporânea envolve a interação entre dimensões econômicas, sociais e ambientais. A literatura destaca que a contabilidade não pode ser compreendida apenas como um sistema técnico de registro e mensuração, mas como um dispositivo social que influencia e é influenciado por estruturas institucionais, políticas e culturais (Hopwood, 2007; Miller; Power, 2013). Nesse sentido, a formação contábil deve capacitar os estudantes a compreenderem essas inter-relações, desenvolvendo uma visão sistêmica que permita analisar os impactos das decisões organizacionais em diferentes níveis. A interdisciplinaridade, ao integrar conhecimentos

provenientes de áreas como economia, sociologia, direito e ciências ambientais, contribui para essa ampliação do horizonte analítico.

Já o pensamento sistêmico, frequentemente associado ao paradigma da complexidade, oferece ferramentas conceituais importantes para a operacionalização da interdisciplinaridade no currículo. Meadows (2008) define sistemas como conjuntos de elementos interconectados que produzem comportamentos emergentes, enfatizando a importância de compreender as relações de feedback e as dinâmicas não lineares que caracterizam esses sistemas. No campo educacional, essa abordagem implica desenvolver nos estudantes a capacidade de identificar padrões, reconhecer interdependências e antecipar consequências indiretas das decisões. Estudos indicam que o desenvolvimento dessas competências é fundamental para a atuação em contextos organizacionais marcados por incerteza e complexidade (Wiek et al., 2011; Lozano et al., 2019).

A adoção de abordagens interdisciplinares e sistêmicas no ensino superior também possui implicações pedagógicas relevantes, ao estimular metodologias que favoreçam a aprendizagem ativa e a resolução de problemas reais. Estratégias como estudos de caso, projetos integradores e aprendizagem baseada em problemas têm sido apontadas como eficazes para promover a integração entre teoria e prática, permitindo que os estudantes apliquem conhecimentos de diferentes áreas na análise de situações complexas (Biggs; Tang, 2011). No contexto da formação contábil, essas metodologias contribuem para o desenvolvimento de competências analíticas e reflexivas, essenciais para a interpretação de informações socioambientais e para a tomada de decisões responsáveis.

A integração entre pensamento complexo e interdisciplinaridade constitui um elemento central para a efetivação da sustentabilidade como princípio formativo na educação superior. Ao promover a articulação entre diferentes dimensões do conhecimento e ao estimular a compreensão das interdependências que caracterizam os sistemas organizacionais, essas abordagens oferecem as bases necessárias para a construção de currículos mais coerentes com os desafios contemporâneos. A literatura evidencia que instituições que adotam perspectivas interdisciplinares e sistêmicas tendem a apresentar maior capacidade de integrar a sustentabilidade de forma transversal, alinhando objetivos de aprendizagem, práticas pedagógicas e avaliação em torno de uma visão compartilhada (Leal Filho et al., 2022; Torres-Sánchez et al., 2024). Nesse sentido, o pensamento complexo e a interdisciplinaridade não apenas complementam, mas fundamentam a reconfiguração da formação contábil, contribuindo

para o desenvolvimento de profissionais capazes de atuar de forma crítica, integrada e socialmente responsável.

2.3 FORMAÇÃO POR COMPETÊNCIAS E DCNS DE 2024

A formação por competências consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais paradigmas orientadores das reformas educacionais no ensino superior, especialmente nas áreas vinculadas às ciências sociais aplicadas. Diferentemente de abordagens centradas na transmissão de conteúdos, esse paradigma desloca o foco para os resultados de aprendizagem, entendidos como a capacidade do estudante de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes em contextos complexos e dinâmicos (Mulder, 2022; Wesselink et al., 2017). Essa mudança não se restringe a uma alteração metodológica, mas implica uma reconfiguração mais ampla da racionalidade pedagógica, na qual a aprendizagem passa a ser concebida como processo ativo, situado e orientado à resolução de problemas reais. Nesse sentido, a formação por competências estabelece uma base conceitual consistente para a atualização dos currículos frente às exigências contemporâneas da educação superior.

A emergência desse paradigma está associada às transformações no mundo do trabalho e às novas demandas sociais por profissionais capazes de atuar em ambientes marcados por incerteza, inovação e complexidade organizacional. Estudos indicam que a crescente interdependência entre sistemas econômicos, tecnológicos e sociais exige a formação de indivíduos com capacidades analíticas, reflexivas e adaptativas, que não podem ser desenvolvidas exclusivamente por meio de modelos educacionais tradicionais (Le Deist; Winterton, 2005; Mulder, 2022). Assim, a formação por competências responde à necessidade de articular teoria e prática, superando a dicotomia histórica entre conhecimento acadêmico e aplicação profissional. Essa articulação torna-se particularmente relevante no campo das Ciências Contábeis, em que a atuação profissional envolve a interpretação de informações complexas e a tomada de decisões com impactos amplos.

No contexto da educação contábil, a adoção da formação por competências tem sido discutida como estratégia para alinhar os currículos às transformações recentes da profissão. A literatura internacional destaca que competências como pensamento crítico, julgamento profissional, comunicação e ética são fundamentais para o desempenho em ambientes organizacionais contemporâneos (Lawson et al., 2014; Aicpa, 2019). Além disso, a ampliação do escopo da contabilidade, que passa a incorporar dimensões relacionadas à sustentabilidade e à

governança, exige competências adicionais, como a capacidade de interpretar informações não financeiras e de avaliar impactos socioambientais. Nesse sentido, a formação por competências oferece um arcabouço pedagógico que permite integrar essas novas demandas de forma estruturada no currículo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais têm desempenhado papel central na institucionalização desse paradigma, ao estabelecerem parâmetros para a organização dos cursos de graduação com base no desenvolvimento de competências profissionais. A Resolução CNE/CES nº 1/2024, que atualiza as diretrizes para o curso de Ciências Contábeis, reforça essa orientação ao enfatizar a necessidade de formação integral do egresso, contemplando dimensões técnicas, analíticas, éticas e sociais (Brasil, 2024). Essa normativa representa um avanço significativo ao reconhecer que a formação contábil deve ir além do domínio de normas e procedimentos, incorporando a capacidade de atuação crítica em contextos complexos e interdependentes. Entretanto, a operacionalização da formação por competências nos currículos apresenta desafios relevantes, especialmente no que se refere à definição clara de resultados de aprendizagem e à coerência entre objetivos, conteúdos e métodos pedagógicos. Biggs e Tang (2011) argumentam que a efetividade desse modelo depende daquilo que denominam “alinhamento construtivo”, isto é, da articulação entre o que se pretende que o estudante aprenda, as atividades de ensino propostas e os critérios de avaliação utilizados. Na ausência desse alinhamento, há o risco de que a formação por competências permaneça em nível discursivo, sem produzir mudanças substantivas na prática pedagógica. Esse desafio é particularmente evidente em cursos que mantêm estruturas curriculares rigidamente organizadas por disciplinas.

Quanto à avaliação educacional, diferentemente de modelos tradicionais, que privilegiam a mensuração de conteúdos, a avaliação por competências requer instrumentos capazes de captar a capacidade do estudante de aplicar conhecimentos em situações concretas. Isso implica a adoção de métodos avaliativos mais complexos, como estudos de caso, projetos integradores e simulações, que permitam observar o desempenho em contextos próximos à realidade profissional (Baartman et al., 2007). No campo contábil, essa abordagem é fundamental para avaliar competências relacionadas ao julgamento profissional e à tomada de decisão, que não podem ser adequadamente mensuradas por meio de avaliações exclusivamente teóricas.

A integração da formação por competências às Diretrizes Curriculares Nacionais também evidencia a necessidade de maior autonomia institucional na construção dos projetos pedagógicos. Embora as DCNs estabeleçam parâmetros gerais, elas não prescrevem de forma detalhada como as competências devem ser desenvolvidas, abrindo espaço para que as instituições adaptem seus currículos às especificidades regionais e às demandas locais (Brasil, 2024). Essa flexibilidade, por um lado, favorece a inovação curricular; por outro, exige das instituições maior capacidade de planejamento e gestão acadêmica para garantir a coerência e a efetividade do processo formativo. A ausência de diretrizes operacionais mais precisas pode resultar em interpretações heterogêneas, contribuindo para a persistência de lacunas entre a norma e a prática.

A formação por competências, quando articulada às Diretrizes Curriculares Nacionais, configura-se como um elemento estratégico para a reconfiguração da educação contábil contemporânea. Ao orientar o currículo para o desenvolvimento de capacidades que integram conhecimento técnico, reflexão crítica e responsabilidade social, esse paradigma contribui para a construção de percursos formativos mais coerentes com as demandas do século XXI. No entanto, sua efetividade depende da capacidade das instituições de ensino superior de promover mudanças estruturais em seus currículos, práticas pedagógicas e processos avaliativos. Assim, a formação por competências não deve ser compreendida apenas como uma exigência normativa, mas como um referencial epistemológico que redefine os fundamentos da formação profissional em Ciências Contábeis.

2.4 CATEGORIAS ANALÍTICAS (C₁-C₅)

A construção de categorias analíticas, conforme apresentado no texto original, constitui um elemento metodológico central para a análise da aderência entre diretrizes normativas e organização curricular, especialmente em contextos marcados por elevada complexidade conceitual, como a formação em Ciências Contábeis orientada à sustentabilidade. Ao articular referenciais normativos, notadamente as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024, com a literatura especializada, as categorias C₁-C₅ operam como um dispositivo interpretativo que permite ultrapassar a mera identificação de conteúdos, possibilitando avaliar a profundidade, a coerência e o grau de integração da sustentabilidade no currículo (Bowen, 2009; Krippendorff, 2018). Trata-se, portanto, de um modelo analítico que transforma princípios abstratos em dimensões observáveis, garantindo rigor e potencial de replicabilidade.

Nesse enquadramento, a sustentabilidade como princípio estruturante (C₁) representa o nível mais elevado de incorporação curricular, ao pressupor sua transversalização nos objetivos formativos e nas práticas pedagógicas, conforme defendido por Lozano et al. (2019) e pela Unesco (2020). Em articulação, a interdisciplinaridade curricular (C₂) e a visão sistêmica (C₃) operam como condições epistemológicas para essa integração, ao promoverem o diálogo entre áreas do conhecimento e a compreensão das interdependências que caracterizam os sistemas organizacionais (Klein, 2017; Meadows, 2008). Já a formação por competências (C₄), ancorada em Biggs e Tang (2011) e nas DCNs de 2024, traduz esses princípios em resultados de aprendizagem, enquanto a integração ensino-pesquisa-extensão (C₅) assegura a conexão entre formação acadêmica e demandas sociais, conforme Severino (2017). Assim, as categorias não operam de forma isolada, mas constituem um sistema analítico interdependente, coerente com o paradigma da complexidade.

A operacionalização dessas categorias permitiu estruturar a análise empírica do currículo, evidenciando diferentes níveis de aderência e possibilitando identificar padrões de convergência, lacunas e inconsistências institucionais. Para explicitar essa relação entre categorias e interpretação dos dados, apresenta-se o Quadro 1, que sintetiza as dimensões analíticas e seus respectivos impactos na leitura do currículo.

Quadro 1 - Categorias analíticas (C₁-C₅) e seus impactos na interpretação curricular

Categoria	Dimensão analítica	Foco interpretativo	Impacto na análise dos dados
C ₁ - Sustentabilidade como princípio estruturante	Integração normativa e epistemológica	Presença transversal da sustentabilidade no currículo	Permite identificar se a sustentabilidade é eixo central ou conteúdo periférico
C ₂ - Interdisciplinaridade curricular	Articulação entre áreas do conhecimento	Grau de integração entre disciplinas	Evidencia fragmentação ou diálogo interdisciplinar
C ₃ - Visão sistêmica	Compreensão das interdependências	Integração entre dimensões econômica, social e ambiental	Indica presença ou ausência de abordagem sistêmica
C ₄ - Formação por competências	Resultados de aprendizagem	Alinhamento entre objetivos, ensino e avaliação	Avalia a transição de modelo conteudista para competencial
C ₅ - Integração ensino-pesquisa-extensão	Articulação institucional	Conexão entre formação acadêmica e realidade social	Identifica coerência entre teoria, prática e contexto social

Fonte: Elaboração própria com base nas DCNs (2024) e literatura especializada

A leitura do quadro evidencia que cada categoria atua como lente analítica específica, permitindo capturar dimensões distintas, porém inter-relacionadas, do currículo. Em termos

epistemológicos, isso significa que a análise não se limita à verificação da presença da sustentabilidade, mas investiga sua qualidade de inserção, sua articulação interna e sua capacidade de estruturar o processo formativo. Essa abordagem dialoga diretamente com o pensamento complexo de Morin (2000; 2015), ao reconhecer que a compreensão do currículo exige a articulação entre diferentes níveis de análise, normativo, pedagógico e institucional, evitando reducionismos.

Note-se que a utilização integrada das categorias C1-C5 possibilita construir uma interpretação mais robusta e crítica da formação contábil, evidenciando o hiato entre prescrição normativa e implementação curricular. Ao operacionalizar conceitos frequentemente tratados de forma abstrata, o modelo proposto contribui não apenas para a análise empírica deste estudo, mas também para o avanço teórico no campo da educação contábil orientada à sustentabilidade. Dessa forma, as categorias analíticas assumem dupla função: instrumento metodológico de investigação e contribuição científica original, ao oferecer um framework replicável para avaliação curricular em diferentes contextos institucionais.

3 METODOLOGIA DO ESTUDO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítica, estruturada a partir do delineamento de estudo de caso único. Tal escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de compreender, em profundidade, um fenômeno contemporâneo inserido em seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno investigado, a incorporação da sustentabilidade no currículo, e o contexto institucional não se apresentam claramente delimitadas (Yin, 2018). No campo da educação superior, essa estratégia permite apreender a complexidade das relações entre normativas, práticas pedagógicas e estruturas curriculares, sendo particularmente adequada para investigações que demandam densidade interpretativa e articulação epistemológica.

A opção pelo estudo de caso único é justificada pelo caráter crítico e revelador do contexto analisado, situado em uma universidade pública da Amazônia brasileira. Trata-se de um ambiente marcado por elevada complexidade socioambiental, no qual as demandas por sustentabilidade assumem centralidade não apenas normativa, mas também prática e territorial. Nesse sentido, o caso investigado constitui uma unidade empírica estratégica, capaz de evidenciar, de forma intensificada, as tensões entre diretrizes curriculares nacionais e sua implementação institucional. Conforme argumenta Yin (2018), casos únicos são

particularmente relevantes quando permitem testar proposições teóricas em contextos críticos, contribuindo para a generalização analítica, e não estatística, dos resultados.

O *corpus Empiricus* da pesquisa é composto por documentos institucionais que expressam o currículo formal do curso de Ciências Contábeis, incluindo Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), matrizes curriculares e ementas de disciplinas. Esses documentos são compreendidos como materializações das intencionalidades pedagógicas e das escolhas epistemológicas que orientam a formação acadêmica, constituindo fontes estáveis e passíveis de análise sistemática (Bowen, 2009). Ao privilegiar o currículo prescrito, a pesquisa busca examinar o grau de aderência institucional às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024, reduzindo a influência de percepções subjetivas e assegurando maior objetividade analítica.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo categorial temática, conforme proposta por Bardin (2011), articulada às categorias analíticas previamente definidas com base nas DCNs e na literatura especializada. O procedimento envolveu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, permitindo a identificação de unidades de registro e a construção de inferências a partir da recorrência e relevância dos elementos encontrados. A utilização dessa técnica assegura rigor metodológico e transparência interpretativa, ao possibilitar a sistematização dos dados de forma replicável (Krippendorff, 2018). Complementarmente, foram empregados procedimentos quantitativos descritivos, especialmente no mapeamento da carga horária e da frequência de conteúdos relacionados à sustentabilidade, contribuindo para a triangulação analítica e o fortalecimento da validade dos achados. Importa destacar que a estratégia metodológica adotada apresenta limitações inerentes ao próprio delineamento da pesquisa. A análise documental, ao concentrar-se no currículo formal, não permite captar integralmente a dimensão do currículo em ação, isto é, as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas em sala de aula. Além disso, a escolha por um estudo de caso único limita a possibilidade de generalização estatística dos resultados, restringindo sua aplicação direta a outros contextos institucionais. Contudo, tais limitações são mitigadas pelo objetivo da pesquisa, centrado na generalização analítica e na construção de um modelo interpretativo replicável, bem como pelo caráter crítico do caso selecionado, que potencializa a relevância dos achados para contextos similares.

Dessa forma, a metodologia adotada mostra-se coerente com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico mobilizado, ao permitir uma análise aprofundada da relação entre diretrizes normativas e organização curricular. Ao articular rigor analítico, fundamentação

teórica e adequação ao objeto de estudo, o delineamento metodológico contribui para a produção de evidências consistentes sobre o grau de incorporação da sustentabilidade na formação contábil, oferecendo subsídios tanto para o avanço do conhecimento científico quanto para o aprimoramento das práticas institucionais.

4 RESULTADOS

Os resultados evidenciam três padrões principais, a saber:

4.1 CONVERGÊNCIAS

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) evidencia, em primeiro lugar, uma convergência relevante no plano normativo e discursivo no que se refere à incorporação da sustentabilidade como elemento formativo. Observa-se que os documentos institucionais analisados passam a reconhecer explicitamente a importância das dimensões socioambientais na formação do contador, alinhando-se, ao menos formalmente, às orientações estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024 (Brasil, 2024). Essa presença formal manifesta-se sobretudo nos objetivos gerais dos cursos, nos perfis do egresso e nas justificativas pedagógicas, indicando uma internalização inicial do discurso da sustentabilidade. Tal resultado é consistente com a literatura internacional, que aponta a crescente institucionalização da sustentabilidade no ensino superior como resposta a pressões regulatórias e sociais, ainda que muitas vezes em nível declaratório (Lozano et al., 2019; Leal Filho et al., 2022).

Em um segundo nível de análise, verifica-se a inclusão de disciplinas específicas voltadas à temática socioambiental, como Contabilidade Social e Ambiental ou conteúdos correlatos, o que representa um avanço em relação a modelos curriculares tradicionais estritamente técnico-financeiros. Essa inserção indica uma tentativa de responder às transformações recentes no campo contábil, especialmente diante da ampliação das exigências de transparência e accountability relacionadas à sustentabilidade, como destacado por Bebbington e Unerman (2020). No entanto, conforme apontado por Schaltegger e Burritt (2018), a criação de disciplinas isoladas, embora relevante, não garante por si só a integração efetiva da sustentabilidade no processo formativo, podendo reforçar uma lógica de compartimentalização do conhecimento. Ainda assim, sua presença constitui um indicativo concreto de convergência entre currículo e demandas contemporâneas da profissão.

Quanto ao reconhecimento da responsabilidade social como dimensão constitutiva da formação contábil, os PPCs analisados evidenciam, em diferentes níveis, a preocupação com a formação de profissionais éticos, comprometidos com o interesse público e conscientes dos impactos sociais de suas decisões. Esse elemento dialoga diretamente com a ampliação do conceito de accountability discutida por Adams e Larrinaga (2019), que enfatiza a necessidade de uma contabilidade orientada não apenas à performance financeira, mas também à responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, a incorporação da responsabilidade social nos documentos institucionais representa um avanço importante na redefinição do papel do contador na sociedade contemporânea. A síntese dessas convergências pode ser observada no quadro 2, que apresenta a presença dos principais elementos associados à sustentabilidade nos PPCs analisados, considerando três dimensões: reconhecimento formal, inserção disciplinar e abordagem da responsabilidade social.

Quadro 2 - Convergências na incorporação da sustentabilidade nos PPCs analisados

Dimensão analisada	Evidência identificada	Nível de aderência
Sustentabilidade como diretriz formal	Presente em objetivos e perfil do egresso	Alto
Disciplinas específicas	Contabilidade Social e Ambiental (40h)	Médio
Responsabilidade social	Ênfase ética e compromisso social	Alto

Fonte: Elaboração própria com base nos PPCs (2025)

A leitura do quadro evidencia que a sustentabilidade se encontra mais consolidada no plano discursivo e normativo do que em sua operacionalização curricular, corroborando achados da literatura que indicam uma tendência de adoção simbólica ou institucional da temática (Cho et al., 2015). A predominância de níveis de aderência altos nas dimensões formais contrasta com a presença ainda limitada de mecanismos estruturais que garantam sua transversalização, indicando que a convergência identificada se concentra sobretudo na intencionalidade pedagógica. Esse padrão reforça a interpretação de que os currículos analisados se encontram em um estágio inicial de incorporação da sustentabilidade, no qual há alinhamento com diretrizes normativas, mas ainda com desafios significativos para sua consolidação como princípio estruturante da formação, conforme discutido por Sterling (2021).

4.2 LACUNAS ESTRUTURAIS

A análise dos documentos curriculares evidencia que, paralelamente às convergências identificadas, persistem lacunas estruturais significativas que limitam a consolidação da sustentabilidade como princípio formativo. A principal dessas lacunas refere-se à fragmentação da sustentabilidade em disciplinas isoladas, o que compromete sua capacidade de orientar o currículo de forma transversal. Embora a presença de componentes como Contabilidade Social e Ambiental represente um avanço, sua localização periférica na matriz curricular revela que a sustentabilidade não se configura como eixo organizador do conhecimento. Esse padrão confirma diagnósticos recorrentes na literatura internacional, que apontam a tendência de inserção pontual da sustentabilidade sem reconfiguração estrutural do currículo (Lozano et al., 2019; Leal Filho et al., 2022). Assim, a fragmentação identificada não apenas limita a profundidade da aprendizagem, mas também reforça uma abordagem compartimentalizada incompatível com a natureza complexa dos problemas socioambientais.

Essa fragmentação está diretamente associada à baixa articulação interdisciplinar observada nos PPCs analisados. Apesar da presença discursiva da interdisciplinaridade, a estrutura curricular permanece organizada predominantemente em disciplinas autônomas, com pouca evidência de integração entre conteúdos. Conforme argumenta Klein (2017), a interdisciplinaridade efetiva exige mais do que a coexistência de áreas distintas, demandando a construção de interfaces analíticas e metodológicas entre elas. No caso analisado, a ausência de mecanismos institucionais que promovam essa articulação, como projetos integradores, módulos interdisciplinares ou atividades transversais, indica que a interdisciplinaridade permanece em nível retórico. Esse resultado converge com Annan-Diab e Molinari (2017), que destacam a dificuldade das instituições de ensino superior em operacionalizar abordagens interdisciplinares em contextos marcados por estruturas curriculares rígidas.

A ausência de integração sistêmica entre os conteúdos constitui uma terceira lacuna relevante, diretamente relacionada às limitações anteriormente descritas. A sustentabilidade, enquanto fenômeno intrinsecamente complexo, exige a articulação entre múltiplas dimensões, econômica, social e ambiental, o que pressupõe uma abordagem sistêmica do conhecimento. No entanto, os dados analisados indicam que os conteúdos curriculares não são estruturados de modo a favorecer essa integração, permanecendo organizados em blocos temáticos desconectados. Essa condição compromete o desenvolvimento de competências essenciais, como o pensamento sistêmico e a capacidade de análise de interdependências, conforme

destacado por Wiek et al. (2011). À luz do paradigma da complexidade, essa ausência de integração revela a permanência de uma lógica epistemológica fragmentada, que dificulta a compreensão da totalidade dos fenômenos (Morin, 2000; Morin, 2015).

O quadro a seguir apresenta a síntese dessas lacunas e o nível de aderência das categorias relacionadas à integração curricular, evidenciando as limitações estruturais identificadas na análise documental.

Quadro 3 - Lacunas estruturais na integração da sustentabilidade no currículo

Dimensão analisada	Evidência identificada	Nível de aderência
Fragmentação curricular	Sustentabilidade restrita a disciplinas específicas	Baixo
Interdisciplinaridade	Ausência de integração entre disciplinas	Baixo
Integração sistêmica	Conteúdos organizados de forma isolada	Baixo

Fonte: Elaboração própria com base nos PPCs (2025)

A interpretação do quadro evidencia um padrão consistente de baixa aderência nas dimensões estruturais do currículo, indicando que a sustentabilidade não está integrada de forma orgânica ao processo formativo. Esse resultado reforça a crítica de Sterling (2021), segundo a qual a educação para a sustentabilidade exige uma transformação paradigmática que ultrapasse a mera inclusão de conteúdos, implicando uma reorganização profunda das estruturas curriculares. A predominância de baixos níveis de aderência nas categorias analisadas sugere que os currículos investigados ainda operam sob uma lógica tradicional, centrada na fragmentação do conhecimento, o que limita sua capacidade de responder aos desafios contemporâneos da formação contábil. Dessa forma, as lacunas estruturais identificadas não apenas evidenciam limitações institucionais, mas também apontam para a necessidade de uma reconfiguração epistemológica que permita integrar a sustentabilidade como princípio efetivamente estruturante do currículo.

4.3 INCONSISTÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A análise documental evidencia a existência de inconsistências institucionais relevantes que comprometem o alinhamento efetivo do currículo às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024, destacando-se, de forma crítica, a utilização de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) desatualizados. A permanência de documentos estruturados sob referenciais normativos

anteriores, como PPCs elaborados em 2006, revela uma defasagem temporal significativa entre a regulação educacional vigente e a organização curricular efetivamente adotada. Essa defasagem compromete a capacidade do curso de incorporar as exigências contemporâneas relativas à sustentabilidade, à formação por competências e à visão sistêmica, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 1/2024 (Brasil, 2024). Tal cenário evidencia um desalinhamento estrutural que ultrapassa a dimensão pedagógica, refletindo fragilidades nos processos de governança acadêmica e atualização institucional.

Teoricamente essa inconsistência pode ser compreendida à luz da literatura sobre implementação de políticas educacionais, que destaca a existência de lacunas entre formulação normativa e prática institucional. Ball (2012) argumenta que políticas educacionais não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas e recontextualizadas pelas instituições, o que pode resultar em processos de adoção parcial ou seletiva. No caso analisado, a manutenção de PPCs desatualizados indica uma baixa capacidade institucional de tradução das diretrizes normativas em práticas curriculares concretas, configurando um fenômeno de inércia organizacional. Essa condição é particularmente crítica em contextos de rápida transformação, como o da educação contábil orientada à sustentabilidade, em que a atualização curricular contínua constitui requisito fundamental para a formação profissional adequada.

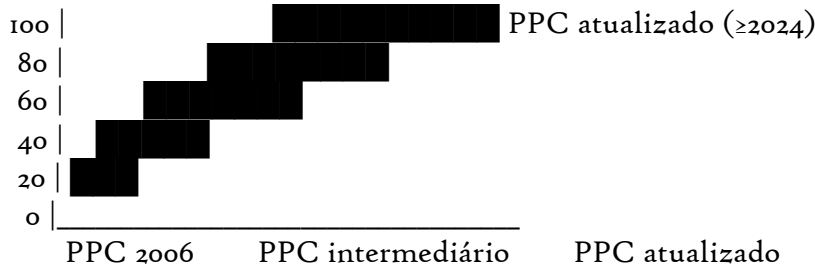
20

A consequência direta dessa defasagem é o risco de obsolescência formativa, uma vez que os estudantes são formados a partir de referenciais que não refletem plenamente as demandas contemporâneas da profissão contábil. A literatura tem enfatizado que a evolução dos padrões internacionais de reporte, como os estabelecidos pelo International Sustainability Standards Board (IFRS Foundation, 2023), exige profissionais capacitados para lidar com informações não financeiras, riscos climáticos e critérios ESG. Nesse contexto, currículos baseados em diretrizes anteriores tendem a privilegiar uma formação técnico-operacional, desconsiderando competências emergentes relacionadas à sustentabilidade. Conforme apontam Bebbington e Unerman (2020), essa lacuna compromete a capacidade da contabilidade de cumprir seu papel na promoção da transparência e da responsabilidade socioambiental, ampliando o distanciamento entre formação acadêmica e prática profissional.

Essas inconsistências podem ser visualizadas no Gráfico 1, que apresenta a relação entre o nível de atualização dos PPCs e o grau de alinhamento às DCNs de 2024, evidenciando a correlação entre defasagem normativa e baixa aderência curricular.

Gráfico 1 - Relação entre atualização dos PPCs e alinhamento às DCNs de 2024

Alinhamento às DCNs (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos PPCs (2025)

A interpretação do gráfico evidencia uma relação diretamente proporcional entre o grau de atualização dos documentos curriculares e o nível de alinhamento às diretrizes normativas contemporâneas. PPCs desatualizados apresentam níveis significativamente inferiores de aderência, enquanto documentos mais recentes tendem a incorporar, ainda que parcialmente, elementos relacionados à sustentabilidade, à interdisciplinaridade e à formação por competências. Esse padrão reforça a necessidade de compreender a atualização curricular como processo contínuo e estratégico, conforme destacado por Leal Filho et al. (2022), que apontam a governança institucional como fator determinante para a integração da sustentabilidade no ensino superior.

As inconsistências institucionais identificadas, analiticamente revelam que o desafio da sustentabilidade na formação contábil não se restringe à dimensão pedagógica, mas envolve processos organizacionais e decisórios que condicionam a atualização dos currículos. A ausência de mecanismos sistemáticos de revisão curricular compromete a capacidade das instituições de responder às transformações normativas e às demandas sociais emergentes, perpetuando estruturas formativas desalinhadas. À luz do paradigma da complexidade (MORIN, 2015), essa condição evidencia a incapacidade de articular diferentes níveis do sistema educacional, normativo, institucional e pedagógico, em uma dinâmica integrada. Assim, a superação dessas inconsistências exige não apenas atualização documental, mas o fortalecimento da governança acadêmica como elemento central na construção de currículos responsivos, contemporâneos e alinhados aos desafios da sustentabilidade.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A interpretação dos resultados à luz do referencial teórico adotado permite afirmar que a sustentabilidade, embora formalmente reconhecida no currículo analisado, ainda não se consolidou como eixo estruturante da formação contábil. Essa constatação evidencia a existência de um descompasso entre a incorporação normativa da sustentabilidade e sua efetiva integração nos processos formativos, configurando um fenômeno já amplamente identificado na literatura internacional sobre educação superior. Estudos indicam que a institucionalização discursiva da sustentabilidade frequentemente não se traduz em mudanças substantivas na organização curricular, permanecendo restrita ao plano declaratório (Lozano et al., 2019; Leal Filho et al., 2022). Nesse sentido, os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de analisar criticamente não apenas a presença da sustentabilidade, mas sua forma de inserção e articulação no currículo.

Um dos fatores explicativos centrais para essa condição reside na persistência do modelo disciplinar como matriz organizadora do currículo. Apesar das demandas contemporâneas por abordagens integradas, a estrutura curricular ainda se organiza predominantemente em torno de disciplinas autônomas, com pouca articulação entre si. Esse padrão reflete a permanência de uma racionalidade epistemológica baseada na fragmentação do conhecimento, que dificulta a incorporação de temas complexos e transversais como a sustentabilidade. Conforme argumenta Bernstein (2000), os currículos fortemente classificados tendem a reforçar fronteiras rígidas entre áreas do saber, limitando a possibilidade de integração. No campo da educação contábil, essa fragmentação compromete a capacidade de formar profissionais aptos a lidar com problemas interdependentes e multifacetados.

A fragilidade na operacionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais constitui outro elemento central na interpretação dos resultados. Embora as DCNs de 2024 estabeleçam a sustentabilidade como princípio orientador da formação, sua tradução em práticas curriculares concretas depende de processos institucionais de interpretação e implementação. A literatura sobre políticas educacionais destaca que a efetividade de diretrizes normativas está condicionada à capacidade das instituições de internalizá-las em seus projetos pedagógicos e práticas acadêmicas (Ball, 2012). No caso analisado, observa-se que essa internalização ocorre de forma parcial, resultando em uma incorporação mais formal do que substantiva das diretrizes.

A ausência de integração epistemológica entre os diferentes componentes do currículo reforça esse quadro, evidenciando que a sustentabilidade não se configura como princípio

organizador do conhecimento, mas como conteúdo adicional. Essa condição limita a construção de uma abordagem sistêmica, essencial para a compreensão das interdependências que caracterizam os fenômenos contemporâneos. A literatura sobre pensamento sistêmico e educação para a sustentabilidade enfatiza que a integração epistemológica é condição necessária para o desenvolvimento de competências capazes de lidar com a complexidade (Meadows, 2008; Wiek et al., 2011). Assim, a ausência dessa integração compromete a efetividade do processo formativo.

Teoricamente os resultados indicam que o paradigma da complexidade, embora presente no discurso acadêmico, permanece subutilizado na organização curricular. A incorporação desse paradigma exigiria uma reconfiguração das bases epistemológicas do ensino, com ênfase na contextualização do conhecimento, na articulação entre diferentes níveis de análise e na superação da fragmentação disciplinar (Morin, 2000; Morin, 2015). No entanto, o que se observa é a predominância de estruturas curriculares que não favorecem essa integração, limitando o potencial transformador da educação para a sustentabilidade. Esse achado sugere a necessidade de aprofundar o diálogo entre teoria e prática na construção curricular.

De forma convergente, a formação por competências, embora prevista nas diretrizes normativas, ainda não foi plenamente internalizada como princípio organizador do currículo. A ausência de mecanismos claros para o desenvolvimento e a avaliação de competências indica que essa abordagem permanece em estágio incipiente, sem produzir mudanças significativas nas práticas pedagógicas. Conforme destacam Biggs e Tang (2011), a efetividade da formação por competências depende do alinhamento entre objetivos, métodos e avaliação, o que não se verifica plenamente no caso analisado. Essa lacuna compromete a capacidade do currículo de formar profissionais preparados para enfrentar os desafios contemporâneos da profissão contábil.

Os resultados, na prática, apontam para a necessidade urgente de atualização curricular, não apenas no sentido de revisão documental, mas de reconfiguração estrutural da formação. A integração das dimensões ambientais, sociais e de governança (ESG) deve ocorrer de forma transversal, permeando todas as etapas do processo formativo e não apenas disciplinas específicas. Além disso, a governança acadêmica emerge como fator crítico para a efetividade dessas mudanças, uma vez que a implementação de currículos integrados depende de processos institucionais coordenados, envolvendo gestão, docentes e estruturas administrativas. Bueno et

al (2026) destaca que a transformação curricular orientada à sustentabilidade requer liderança institucional, planejamento estratégico e engajamento coletivo.

A discussão dos resultados evidencia que a incorporação da sustentabilidade no currículo analisado encontra-se em um estágio intermediário, caracterizado por avanços normativos e limitações estruturais. A superação dessas limitações exige uma abordagem integrada, que articule mudanças epistemológicas, pedagógicas e institucionais, permitindo a construção de currículos mais coerentes com os desafios contemporâneos. Ao evidenciar essas tensões, o presente estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre a educação contábil, oferecendo subsídios para a construção de modelos formativos mais integrados, críticos e socialmente responsáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu evidenciar que o currículo investigado apresenta uma aderência parcial às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024, revelando um cenário marcado por avanços normativos e limitações estruturais. Essa condição expressa um estágio intermediário de incorporação da sustentabilidade na formação contábil, no qual a internalização discursiva das diretrizes não se converte plenamente em reorganização curricular substantiva. Tal resultado converge com diagnósticos presentes na literatura internacional, que apontam a existência de uma lacuna persistente entre a formulação de políticas educacionais e sua implementação efetiva nos contextos institucionais (Lozano et al., 2019; Leal Filho et al., 2022).

A presença da sustentabilidade nos documentos institucionais, embora relevante, não se traduz em sua consolidação como princípio estruturante da formação, permanecendo frequentemente circunscrita a espaços específicos do currículo. Essa configuração limita a capacidade do processo formativo de promover uma compreensão integrada das interdependências que caracterizam os fenômenos contemporâneos, especialmente aqueles relacionados às dimensões ambientais, sociais e econômicas. Nesse sentido, a análise evidencia que a transformação curricular necessária para a efetiva incorporação da sustentabilidade exige mais do que ajustes pontuais, demandando uma revisão das bases epistemológicas que orientam a organização do conhecimento no ensino superior (Sterling, 2021).

Teoricamente, a principal contribuição deste estudo reside na articulação entre sustentabilidade, pensamento complexo e formação por competências em um modelo analítico

operacionalizável, capaz de ser aplicado na avaliação de currículos em diferentes contextos institucionais. Ao integrar esses três eixos conceituais, a pesquisa avança na superação de abordagens fragmentadas, oferecendo um referencial que permite compreender a sustentabilidade como fenômeno multidimensional e estrutural. Essa articulação responde a lacunas identificadas na literatura, que frequentemente trata esses elementos de forma isolada, sem explorar suas inter-relações no contexto da formação profissional (Wiek et al., 2011; Mulder, 2022).

Adicionalmente, o estudo contribui empiricamente ao evidenciar o hiato entre regulação e implementação curricular, demonstrando que a existência de diretrizes normativas avançadas não garante, por si só, sua efetiva incorporação nos currículos. Essa constatação reforça a necessidade de análises que considerem não apenas o plano formal das políticas educacionais, mas também os processos institucionais que condicionam sua materialização. A identificação desse hiato permite ampliar a compreensão sobre os desafios da governança acadêmica, destacando a importância de mecanismos institucionais que promovam a coerência entre diretrizes, práticas pedagógicas e resultados formativos (Ball, 2012).

Os resultados oferecem subsídios relevantes para a revisão e atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso, indicando a necessidade de incorporar a sustentabilidade de forma transversal e integrada. O redesenho curricular, nesse contexto, deve considerar não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas a reorganização das estruturas formativas, de modo a promover a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e a construção de percursos de aprendizagem mais coerentes. Somado à isso, a pesquisa aponta para a importância de fortalecer a formação contábil sustentável, alinhando-a às demandas contemporâneas da profissão e às exigências normativas emergentes no cenário internacional (Bebbington; Unerman, 2020).

Por fim, destaca-se que a superação das lacunas identificadas exige uma reconfiguração epistemológica da formação superior, capaz de alinhar o ensino contábil aos desafios contemporâneos da sustentabilidade. Essa reconfiguração implica a adoção de abordagens integradas, que promovam a articulação entre conhecimento técnico, reflexão crítica e responsabilidade social, superando a fragmentação disciplinar e fortalecendo a coerência curricular. Nesse sentido, a sustentabilidade não deve ser compreendida como um conteúdo adicional, mas como um princípio orientador da formação, capaz de redefinir os fundamentos da educação superior e contribuir para a construção de práticas profissionais mais responsáveis e socialmente comprometidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. A.; LARRINAGA, C. Progress: Engaging with organizations in pursuit of improved sustainability accounting and performance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 32, n. 8, p. 2367-2394, 2019.

AICPA. *The AICPA Pre-certification Core Competency Framework*. New York, 2019.

ANNAN-DIAB, F.; MOLINARI, C. Interdisciplinarity: Practical approach to advancing education for sustainability. *The International Journal of Management Education*, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2017.

BAARTMAN, L. K. J. et al. Evaluating assessment quality in competence-based education. *Educational Research Review*, v. 2, n. 2, p. 114-129, 2007.

BALL, S. J. *Global education inc.: New policy networks and the neo-liberal imaginary*. London: Routledge, 2012.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J. Achieving the United Nations Sustainable Development Goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 33, n. 1, p. 2-24, 2020.

BERNSTEIN, B. *Pedagogy, symbolic control and identity*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

BIGGS, J.; TANG, C. *Teaching for quality learning at university*. 4. ed. Maidenhead: Open University Press, 2011.

BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024.

BUENO, Douglas Aparecido; ALBUQUERQUE, C.; SOUZA, D. S. S. Os fundamentos jurídicos e filosóficos da sustentabilidade. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 11, n. 1, p. 43-65, jan./fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18116076>

CAPRA, F.; LUISI, P. L. *The systems view of life: A unifying vision*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

CHO, C. H. et al. Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, v. 40, p. 78-94, 2015.

GRAY, R. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability? *Accounting, Organizations and Society*, v. 35, n. 1, p. 47-62, 2010.

HOPWOOD, A. Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, v. 34, p. 433-439, 2007.

IFRS FOUNDATION. *IFRS Sustainability Disclosure Standards*. London, 2023.

- KLEIN, J. T. Typologies of interdisciplinarity. In: FRODEMAN, R. (org.). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- KRIPPENDORFF, K. *Content analysis: An introduction to its methodology*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.
- LAWSON, R. A. et al. Focusing accounting curricula on students' long-run careers. *Issues in Accounting Education*, v. 29, n. 2, p. 295-317, 2014.
- LE DEIST, F. D.; WINTERTON, J. What is competence? *Human Resource Development International*, v. 8, n. 1, p. 27-46, 2005.
- LEAL FILHO, W. et al. Sustainable development in higher education: reviewing trends. *Journal of Cleaner Production*, v. 250, 2022.
- LOZANO, R. et al. Analysing sustainability changes in higher education. *Journal of Cleaner Production*, v. 208, p. 1-13, 2019.
- LOZANO, R. et al. Sustainability competencies in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 2023.
- MEADOWS, D. *Thinking in systems: A primer*. White River Junction: Chelsea Green, 2008.
- MENEGHEL, S. M. Políticas de educação superior no Brasil. *Educação & Sociedade*, 2021.
- MILLER, P.; POWER, M. Accounting, organizing, and economizing. *Accounting, Organizations and Society*, v. 38, n. 8, p. 557-605, 2013.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MULDER, M. Competence-based education and training. In: *International Handbook of Education*. Dordrecht: Springer, 2022.
- SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. *Contemporary environmental accounting*. London: Routledge, 2018.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2017.
- STERLING, S. *Sustainable education: Re-visioning learning and change*. London: Routledge, 2021.
- TORRES-SÁNCHEZ, R. et al. Curriculum integration for sustainability in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 2024.
- UNESCO. *Education for Sustainable Development: A roadmap*. Paris, 2020.
- WESSELINK, R. et al. Competence-based vocational education. *Journal of Vocational Education & Training*, v. 69, n. 1, p. 1-22, 2017.

WIEK, A.; WITHYCOMBE, L.; REDMAN, C. Key competencies in sustainability. *Sustainability Science*, v. 6, p. 203–218, 2011.

YIN, R. K. *Case study research and applications: Design and methods*. 6. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.